



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 104/105/106

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB José Maria Ferreira
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 104

84ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 04

Projetos de Lei 05

Projeto de Lei Complementar 05

Pequeno Expediente:

Dep. José Domingos Scarpellini 07

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 08

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto 09

Liderança do PPS

Dep. Marcos Isfer 11

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia 12

Liderança do Governo

Dep. Elza Correia 14

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 16

Discussão / Votação:

Redação Final 17

3ª Discussão 18

2ª Discussão 18

1ª Discussão 19

Discussão Única (Proposições). 20

Discussão Única (Indicações) ... 24

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 25

DIÁRIO Nº 105

85ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....26

Presenças.....26

Abertura da Sessão26

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni27

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final27

Encerramento da Sessão28

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 28

DIÁRIO Nº 106

18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....30

Presenças.....30

Abertura da Sessão30

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

2ª Discussão31

Encerramento da Sessão31

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça31

Redação33

Tomada de Contas.....34

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 104

84ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	04
Projetos de Lei.....	05
Projeto de Lei Complementar.....	05
Pequeno Expediente:	
Dep. José Domingos Scarpellini	07
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	08
Liderança do Bloco PTB/PL/PRB	
Dep. Jocelito Canto.....	09
Liderança do PPS	

Dep. Marcos Isfer	11
Liderança do PMDB	
Dep. Elza Correia	12
Liderança do Governo	
Dep. Elza Correia	14
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	15
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	16
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	17
3ª Discussão	18
2ª Discussão	18
1ª Discussão	19
Discussão Única (Proposições) .	20
Discussão Única (Indicações) ...	24
Requerimentos.....	25
Encerramento da Sessão	25

DIÁRIO Nº 104

84ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Secretária Cida Borghetti.

Presenças:

Às nove horas é registrada a presença dos seguintes

Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Reni Pereira, Alexandre Curi, André Vargas, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Waldir Leite (21), e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2148

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja instituído na Ordem do Dia, votação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 433/06, que altera o artigo 1º, da Lei nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995, suprimindo o local da sede do município de Pontal do Paraná, com entrada no dia 22 de agosto de 2006.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, dos documentos referentes à previsão orçamentária para a construção e implantação do Hospital Regional de Ponta Grossa;

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do

dia 31 de setembro (quarta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2156

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e requerer voto de aplauso ao Sr. Antônio Olímpio Ramires Lima, MD. Major da Polícia Militar, lotado no 8º Batalhão de Paranavaí, pelo incontestável e louvável trabalho que vem desempenhando na Segurança Pública do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e requerer voto de aplauso ao Sr. João Nunes Cottar, MD. Diretor e Editor da Revista "A Notícia", pelo incontestável e louvável trabalho que vem desempenhando na comunicação e divulgação das matérias políticas e sociais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. EXa. para expor e requerer voto de aplauso ao Sr. Daniel Silveira Melo, MD. Vereador da Câmara Municipal de Telêmaco Borba-PR, pelo incontestável e louvável trabalho que vem desempenhando no Poder Legislativo daquele município do Estado do Paraná, bem como no atendimento à população local.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando as seguintes informações sobre o policial civil Délcio Augusto Rasera, recentemente preso

em Curitiba por suposto envolvimento nos crimes investigados pela operação Pátria Nossa:

a) Quais os setores e delegacias policiais em que o referido policial esteve lotado desde a sua admissão nos quadros da Polícia Civil do Estado do Paraná?

b) Quais as licenças oficialmente concedidas, com ou sem remuneração, ao referido policial e períodos de afastamento para o desenvolvimento de atividades especiais em cargos comissionados, acompanhamento de autoridades públicas, participando de campanhas políticas, ou desenvolvendo atividades empresariais, bem assim serviços de investigação particular e etc?

c) Quais os relatórios que o nominado servidor submeteu às suas chefias imediatas nos últimos 15 anos em razão de suas atividades funcionais e conforme os mandamentos estatutários e regimentais da profissão de policial civil deste Estado?

d) Qual a compatibilidade entre os ganhos pessoais do referido policial e o seu patrimônio pessoal de agora, considerando igualmente a declaração de bens apresentada na admissão como policial e o atual acervo patrimonial?

e) Considerando o caráter eminentemente investigativo da polícia judiciária, sob as ordens desta Secretaria, seja informada esta Casa sobre a origem do dinheiro usado por este policial para aquisição de luxuosos automóveis, milionários sistemas de monitoração clandestina de telefones, e o caríssimo arsenal com ele encontrado, a exemplo de farta munição de procedência belga, pistolas e armas de guerra como os vários fuzis e, dentre estes, inclusive AR 15?

f) Qual o amparo legal para a posse de arsenal pelo referido policial?

g) Qual a origem destas armas, onde as adquiriu (as origens) e como as trouxe para o Brasil (a forma)?

h) Há quanto tempo estes fatos eram do conhecimento dessa Secretaria, já que as principais ocupações deste policial e a ostentação financeira deste não poderia ser desconhecida de suas chefias imediatas?

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado em exercício, Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, solicitando a suspensão temporária da cobrança da fatura de água para os bairros atingidos pelo rodízio em Curitiba e Região Metropolitana, bem como a devolução dos valores pagos referente ao mês de agosto com vencimentos em setembro.

A população não pode ser privada de ter em suas casas aquilo que é básico e fundamental à sobrevivência humana, é no mínimo um atentado aos princípios da moralidade e da economia popular.

Reconhecemos a escassez de chuvas no período, porém se o Governo do Estado/Sanepar não tivesse paralisado as obras da Represa do Miringuava e cumprido rigorosamente com o cronograma estabelecido para a execução das obras da Barragem do Piraquara II, esta situação seria praticamente evitada. Portanto, diante da flagrante incompetência administrativa da Sanepar/Governo do Estado, a população não pode ser prejudicada e nem muito menos pagar a conta da irresponsabilidade.

Outro fato de extrema gravidade que contribui diariamente para o caos da falta de água é o índice de perdas, Curitiba ultrapassa a barreira dos 44%, ou seja de cada 100 litros captado e tratado numa das três estações de tratamento de Curitiba a saber; Eta Iguaçu, Eta Iraí e Eta Passaúna, chega até as residências consumidoras apenas 66 litros; os demais se perdem em vazamentos, trabalhos mal feitos, falhas no sistema, falta de planejamento, desvios, furtos e etc.

O grande vilão que lucra com isto tudo, são as empreiteiras de manutenção, que mandam na Sanepar. Vale lembrar que a Sanepar em 2006, renovou os contratos de manutenção por trinta e seis (36) meses ou seja, a atual Diretoria da Sanepar fechou com os empreiteiros do setor para que a explorem até 2009. Desta forma seguramente irá manter-se os índices de perda na ordem de 40%.

A atitude irresponsável de comprometimento de cerca de 50% das ações do próximo governo a ser eleito em 01 de outubro próximo, é no mínimo irresponsável ou escusa quando se assina uma contrato de 1095 dias, ou seja, prova que quem manda e manipula a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, são os empreiteiros do setor com contratos milionários na ordem de R\$ 30.000.000,00 por isso que se defende a internalização destes serviços pela Sanepar, pois a empresa não visa lucro com serviços de manutenção. Tem capacidade, pessoal habilitado e estrutura para isto.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) BARBOSA NETO

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 476/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Cema - Centro Espírita Miguel Arcanjo, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita Miguel Arcanjo, localizado no município de Paranaguá.

A instituição foi fundada no dia 11 de setembro de 1900, tendo, desde o início do século passado, suas atividades voltadas para a comunidade parnanguara, sem distinção de credo religioso, posição social, etnia, ou qualquer outro tipo de discriminação, trabalhando sempre pelo bem das pessoas, prestando auxílio de forma beneficente.

Conclamamos os nobres Pares desta Assembléia Legislativa a procederem ao devido apoio à proposta de lei que ora apresentamos, por se tratar de proposição justa e merecida, visto os relevantes trabalhos desempenhados por mais de um século pela instituição em epígrafe, estando a entidade em perfeita conformidade com os ditames legislativos que impõem requisitos para a declaração de Utilidade Pública de sociedade civis no âmbito de nosso Estado do Paraná.

Projeto de lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 477/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os artigos 135, 171 e 174, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135. A competência para a concessão das licenças de que trata este capítulo será definida em reglamento.

Parágrafo Único. O servidor policial civil aguardará em exercício a concessão de licença, não podendo afastar-se sem o respectivo ato da autoridade competente.”

“Art. 171. Ao servidor policial civil que, durante o período de dez anos consecutivos não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à licença especial de seis meses, por decênio, com vencimento ou remuneração e demais vantagens.

§ 1º Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao servidor policial civil que requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

§ 2º O período destinado ao gozo de licença especial não pode ser fracionado, salvo nos casos de calamidade ou grave perturbação da ordem pública.”

“Art. 174. Não podem gozar licença especial, simultaneamente, o servidor policial civil e seu substituto legal. Neste caso, tem preferência para gozo da licença quem requerer em primeiro lugar, ou quando requerido ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

§ 1º Na mesma unidade policial não poderão gozar licença especial, simultaneamente, servidores policiais civis em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação; quando o número de servidores policiais civis for inferior a seis, somente um deles

poderá entrar no gozo da licença. Em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista neste artigo.

§ 2º Compete ao chefe da unidade exercer o controle do previsto no parágrafo anterior.”

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A proposição contida neste projeto de lei nada traz de novo e não altera substancialmente o texto da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, que trata do Estatuto da Polícia Civil. Objetiva, apenas, ajustar situações que, na prática, podem causar dificuldade aos servidores interessados e também à Administração Pública.

O acréscimo de um parágrafo único ao artigo 135 impede que o servidor saia em gozo de licença, sem a edição do ato administrativo de concessão pela autoridade competente. Evita-se, ainda, que o policial civil obtenha faltas quando sair antecipadamente à edição do ato administrativo concessivo de licença.

A inclusão de um parágrafo 2º ao artigo 171, com a transformação do atual parágrafo único em parágrafo 1º, propõe-se a vedar suspensões e cancelamentos desnecessários do período destinado ao gozo de licença especial. Sabendo-se que o descanso a ser obtido pela licença especial, destina-se a reparar o desgaste natural dos dez ou cinco anos ininterruptos de trabalho, não é possível admitir-se a sua suspensão ou cancelamento, sob qualquer título ou ao livre arbítrio do servidor e da chefia imediata.

Ademais, a função policial civil é considerada perigosa, com prejuízo à saúde e à integridade física (v. artigo 40, da Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001), motivo pelo qual a licença especial deve ser fruída sem solução de continuidade e sem interferência oficiais, a fim de que se preserve a sanidade física e mental dos servidores.

Ressalva-se, entretanto, o caso de situações emergenciais, onde o interesse público reclama a presença policial efetiva, como nas calamidades (catástrofes, enchentes, desmoronamentos, furacões, maremotos, etc.) e quando houver grave perturbação da ordem pública (agitações, desordens, crimes em séries, atentados, rebeliões simultâneas, etc.).

No artigo 174, também acrescenta-se um parágrafo 2º, passando o atual parágrafo único a parágrafo 1º. Em ambos existem alterações.

No parágrafo 1º (atual parágrafo único) substitui-se a palavra “repartição”, pela expressão “unidade policial”. Esta é mais técnica e se coaduna com a redação da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, porque no seu artigo 5º, e incisos, fala-se em “unidades da Polícia Civil”, as quais constituiriam a divisão do órgão. A palavra “repartição” pode levar à equivocada exegese de que se trata de sexta parte do órgão todo e não de suas

unidades. É princípio de hermenêutica, aliás, que a lei não pode utilizar-se de expressões ou palavras dúbias e das quais possa resultar um equivocada entendimento.

Já, no parágrafo 2º, credita-se o controle da sexta parte do quadro de lotação da unidade ao chefe desta. Nada mais justo, haja vista que somente ele sabe das condições de trabalho de sua unidade e da necessidade de seus subordinados.

De outro modo, este projeto de lei não aumenta despesa e é de relevante interesse público, na medida em que, além de melhorar a atuação da Administração Pública, estabelece medida protetiva ao servidor policial civil.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V. Exa., Sr. Presidente, pela maneira democrática como vem conduzindo os trabalhos da Assembléia Legislativa, fazendo cumprir o Regimento da Casa. Isso é muito importante. Acredito que com isso vamos manter o equilíbrio, a serenidade e a tranquilidade para o bom desempenho e fazer com que a Assembléia Legislativa funcione realmente muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Dr. Delazari responde as acusações de Scarpellini sobre escuta ilegal. Está aqui no jornal de ontem. O Delazari pai, que é Ouvidor do Estado, comparece pura e simplesmente aqui dizendo que está licenciado.

Ora, se ele está licenciado, está afastado das funções. Se estiver afastado das funções ele não vem como Secretário da Ouvidoria, mas vem como um correligionário do Governador Roberto Requião que ele sempre foi: um “lambe botas”. Um homem que sempre esteve prestativo e falando “sim, senhor” ao Governador Roberto Requião.

Quero que o Dr. Delazari explique também as escutas telefônicas que eles montaram lá na cidade de Colorado, nas eleições municipais de dois anos, atrás, onde a estrutura da Secretaria da Segurança Pública transferiu um braço para lá para fazer escutas para poder beneficiar a família Delazari que há mais de quarenta anos vem tentando ganhar uma eleição, mas, infelizmente para ele e felizmente para o povo, há quarenta anos eles não conseguem sucesso no pleito eleitoral.

Vamos falar aqui o que disse o Dr. Delazari. Disse ele que a Secretaria da Segurança, onde está o seu filho que também é Promotor, que passou no concurso de Promotor, quando ele, Delazari, era Procurador de Justiça.

Portanto, é um nepotismo dentro da Procuradoria de Justiça; mas, disse ele que a Secretaria da Segurança só faz escutas telefônicas com ordem judicial. Não são essas escutas que estou querendo discutir. Quero discutir os grampos, as escutas clandestinas, a espionagem Delazari. É essa que quero discutir. É você grampear o telefone do José Scarpellini, do Hermas Brandão, do Nereu Moura. São vocês grampearem o telefone dos Deputados e usarem isso de maneira chantagiosa. É aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que queremos discutir o grampo e a escuta telefônica.

Agora, quero dizer ao Secretário da Segurança e ao seu pai, que esse fato precisa realmente ser esclarecido. Não podemos contar com a ajuda deles para esclarecer, porque eles estão com a camisa do PMDB, com a camisa do Raser, porque o Raser era um assessor da Casa Civil, era um homem de confiança do atual Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Não é aquele Roberto Requião que prometeu o pedágio e não cumpriu, que prometeu criar o IPE e não cumpriu; este Roberto Requião que falo é novo, é o que está novamente com as velhas promessas esquecidas e novas promessas alentadoras para o povo do Paraná.

Gostaria de dizer ao Delazari, Secretário da Segurança, que ele precisava assumir a Secretaria da Segurança, porque já se vão três anos e pouco e lá na cidade de Pontal do Paraná, no litoral, é uma média de cinco arrombamentos de casas por dia e nenhuma providência é tomada. Fazem mudança nas casas durante o dia, durante a noite, os ladrões agindo e a Secretaria da Segurança não toma nenhuma providência para atender às necessidades básicas, mínimas de segurança no litoral do Paraná. Aí, o Secretário da Segurança não aparece, o “papaizinho” dele também não aparece para falar sobre essa questão da falta de segurança no litoral. Sem falar na falta de segurança em Curitiba, que você liga no 190, é mais fácil você fazer acordo com os ladrões e com os bandidos do que esperar a polícia chegar para socorrer ou atender.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está aqui aberta a nossa fala e vamos continuar, sim, alertando o povo do Paraná para as promessas não cumpridas, para as promessas que voltaram, agora.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB, PTB, PL, PRP. Deputado Jocelito Canto.

Consulto ao Deputado Jocelito se pode inverter a ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sem dúvida, dou preferência a esse rábula da política do Paraná, o Deputado Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sessenta novos hospitais vão ser construídos no próximo governo. Este é o anúncio do Governador Roberto Requião. Até parece que estamos vivendo em 2002, quando ele anunciou a construção dos hospitais regionais, para o Paraná. A saúde pública tinha sido resolvida na televisão em 2002, com a vitória do Governador Roberto Requião. Hospitais regionais iam ser construídos nas principais cidades do Paraná, para poder minorar a dor e o sofrimento do povo paranaense.

Vimos as entrevistas emocionadas do Governador, durante a campanha, dizendo que o povo estava marginalizado, sem hospitais, estradas, segurança, mas que ele já tinha um programa para construir - naquela época parece-me que eram 42 hospitais, nas grandes cidades do interior, nas médias e alguns hospitais estratégicos, dizia o candidato Roberto Requião. Agora passou de 42 para 60.

Realmente precisamos de hospitais. O Paraná e o povo estão precisando e o interior, principalmente, está dependendo de atendimento na capital, por falta de estrutura. Mas, pergunto: será que somente em épocas de campanha eleitoral é que se lembram, os nossos governantes, que o povo fica doente? Que os trabalhadores precisam ser operados e tratados? Será que é só no período de eleição que o Governador Roberto Requião se lembra dos hospitais do povo? No período de eleições aparecem as propostas nas televisões, nos rádios...

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu, de sã consciência, não posso, de forma nenhuma, ficar calado diante de seu pronunciamento. Desculpe-me! V. Exa. sabe que sou seu amigo e gosto demais do senhor. Mas, não procede - tem hospitais prontos, que levam dois anos para construir. O caso de Paranaguá, por exemplo, que não começou depois da campanha, começou no início do Governo. Em Foz do Iguaçu está sendo construído e não é de agora. Quero fazer apenas essa observação. Não posso ficar calado, com uma coisa que acho que não é correto.

V. Exa. tem todo o direito, é da Oposição. E o papel da Oposição é importante dentro disso. Mas, este não procede, porque o Governo está investindo em hospitais, estradas. Desde o início, o Governo que mais fez obras no Paraná chama-se Roberto Requião, e para a sorte do Paraná vai ser reeleito e continuar fazendo.

Obrigado a V. Exa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço o aparte de V. Exa., mas tinha sido prometido 32 hospitais regionais, em 2002. V. Exa. falou do hospital de Paranaguá, que é a reestruturação da Santa Casa. Em Foz do Iguaçu, talvez aquele hospital que estão terminando agora ou que estão reestruturando, tenha sido iniciado na gestão do seu filho, então, aí é uma outra questão que foge daquelas promessas que o Governador Roberto Requião tenha feito. Em Apucarana, os hospitais estão fechados; de quatro hospitais só temos um. Em Arapongas, só o João Freitas, que é um hospital particular, mas que atende à população. No mais está relativamente construído o hospital de Paranavaí, mas está sem equipamento, sem médico e sem o mínimo para poder atender à população.

É evidente, Deputado Dobrandino, que demora dois anos para construir, só que o Governador já o é há três anos e meio. Se ele tivesse levado a sério a sua proposta e tivesse iniciado logo nos primeiros seis meses ou no primeiro ano, já estariam inaugurados com equipamentos e esses hospitais poderiam estar aliviando a dor e o sofrimento do trabalhador paranaense.

Concedo um aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Scarpellini, realmente está mais do que provado que quatro anos são muito pouco para um governante, porque esse Governo não terminou nada e ele começou, na verdade, com um "pacote de bondades" há seis meses. Então, neste Estado já tem empreiteira saindo da obra porque não está recebendo. Imaginem o que vai acontecer daqui a quinze dias, depois do dia 01 de outubro: esses 35 hospitais vão ficar para o final do próximo Governo, porque eles já estão reeleitos, segundo o que o Líder Dobrandino está falando.

Mas, o pior não é não terminar os hospitais que prometeram na eleição passada, o pior é deixar hospitais fechados por falta de recursos, de equipamentos e por falta de condições de funcionamento. A grande verdade é a seguinte: quem fica escutando o discurso do Requião, está vivendo no mínimo na França, mas nós estamos no Paraná e a realidade do discurso é totalmente diferente. Ele falava que os hospitais eram as ambulâncias, pois vamos ficar ali no Barigüi um dia pela manhã e contar quantas ambulâncias e quantos ônibus chegam pela manhã e não houve regionalização. Está lá, União da Vitória padecendo e todo dia vindo dois ônibus da região, para que os doentes sejam atendidos em Curitiba. Essa é a realidade e não há como esconder isso! Mas, vamos tentar aí e de repente em mais uns oito anos, podemos terminar esses 35 hospitais.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Acredito que com a vitória do Senador Osmar Dias ao Governo do Paraná, vamos realmente poder ver esses programas cumpridos, porque o povo do Paraná não vai

reeditar a eleição de 2002, votando em Roberto Requião. As pesquisas já demonstram isso, temos aí um empate técnico já levando para o segundo turno, temos 12% de indecisos e quem é indeciso não vota, quem se diz indeciso não vota no candidato do Governo ou no Governo.

Então, a eleição está no segundo turno e vamos “comer a cabeça da paca”. Não tenho a menor dúvida que até lá já vamos ter esclarecido o caso do Raserá, esclarecido mais alguns assuntos aqui no Paraná com relação a esses grampings, que isso aí vai levar talvez até a renúncia de alguns candidatos, porque se o Presidente dos Estados Unidos caiu, o Richard Nixon caiu por causa de grampo de escutas, e o Richard Nixon era um pouquinho mais importante do que é o Roberto Requião, parece-me, porque ele era Presidente dos Estados Unidos e os Estados Unidos são um pouquinho mais importante e influente do que é o Paraná em relação ao mundo. Mas, vamos lá!

Concedo um aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputado Scarpellini, é uma satisfação poder apartear-lo e gostaria só de proceder a uma breve correção de informação. O hospital de Paranaguá não é apenas uma ampliação da Santa Casa. O senhor conhece a Santa Casa de Paranaguá e ela nunca teve condições próprias para funcionar como um hospital regional, e o Governo - é uma reivindicação antiga do povo do litoral, que há muitos anos brigava por isso - realmente está fazendo uma obra que vai ter uma repercussão muito importante na saúde do povo do litoral que há muitos anos brigava por isso. V. Exa. sabe que qualquer acidente vascular ou qualquer acidente mais grave em qualquer criança ou qualquer adulto na região do litoral, teria que vir para Curitiba e enfrentar a serra.

E em Curitiba, que é a região onde moro, está sendo construído um hospital que, sem sombra de dúvida, tem dinheiro do Governo Federal, mas tem dinheiro do Governo do Estado, que é um Centro de Reabilitação aqui no Juvevê, que é um hospital que, sem sombra de dúvida, vai ter uma repercussão enorme na Região Metropolitana da nossa cidade e em todo o Estado do Paraná, porque se trata de especialidade em reabilitação, como o Sarah Kubitschek em Brasília, e acho que essas são obras que podemos destacar como obras muito importantes na área da saúde e que o atual Governo está realizando.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço o aparte de colaboração de V. Exa., e devo dizer: realmente, a Santa Casa de Paranaguá deu uma melhor atenção e um melhor atendimento ao povo parnanguara, talvez sejam até as cobranças insistentes que V. Exa., como parnanguara, um bom filho, tenha feito, mas deixou muito a desejar o atendimento ao litoral paranaense que vai desde Guaratuba, Matinhos, toda a orla paranaense precisa de atendimento.

Fico deveras agradecido, Sr. Presidente, pelos onze segundos que o senhor deixou a mais.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Bloco PTB/PL/PRP. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRP: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Inicialmente, gostaria de, - aproveitando hoje que estamos aqui com os advogados na Casa, os Procuradores - fizemos um acordo naquele dia, em que retirei aquela emenda do projeto. Teríamos uma lei especial para atender a alguns advogados, Procuradores de Ponta Grossa, Maringá e Londrina.

Depois de uma conversa como Dr. Botto, foi elaborado um projeto, essa minuta está com ele, Deputado Dobrandino, e depende apenas de ser remetida à Assembléia. Há um compromisso de todos os Deputados desta Casa de votarem a favor, de acordo com aquele dia em que retirei a emenda. É perfeitamente legal e só passa a vigorar a partir do ano que vem. Achei importante, neste dia, falar sobre este projeto, ele está protocolado na Secretaria e há um compromisso também do atual Governador em exercício, o Governador Hermas Brandão, nosso Presidente, para que ele venha para cá, já está lá e só depende dele.

Então, espero que neste dia em que vamos derrubar este veto, favorável aos Srs. Procuradores, também se cumpra esse acordo porque palavras vale mais que assinatura, pelo menos para mim!

Ainda sobre isso, Sr. Presidente, estou solicitando ao Presidente da Assembléia, investido na função de Governador hoje, que sancione dois projetos meus, primeiro o que dispõe sobre a questão da distribuição dos cadáveres, no Estado do Paraná, que vai beneficiar todas as universidades. Esse projeto foi aprovado aqui, só depende da sanção do Governador. O Governador disse que sanciona hoje, isso vai beneficiar muito as universidades de todo o Paraná. Ele veio por iniciativa das universidades do Paraná, não é de minha iniciativa, eu sou apenas um mecanismo para que se regularize essa questão no Paraná.

Segundo, uma lei muito importante que aprovamos aqui, que dispõe sobre o critério de distribuição de imóveis sociais no Estado do Paraná, que 20% desses imóveis, as casas populares, passarão a ficar para as mães que não têm marido, aquelas mães sozinhas, solitárias, que sofreram a vida toda e não conseguem comprar uma casinha.

Quando Prefeito de Ponta Grossa, criei um condomínio chamado Condomínio Pai que colocou lá exatamente essas mulheres que tinham muitas dificuldades. Fizemos essa lei, os senhores nos ajudaram, foi aprovado por unanimidade, e só depende da sanção do Governador Hermas Brandão, no dia de hoje também. Ela determina que 20% das casas edificadas a partir de agora, no Paraná, seja com critérios sociais. Há uma emenda inclu-

sive, da Deputada Elza Correia, que isso seja feito através de assistentes sociais e que se dê privilégio à mulher que seja arrimo da casa, ela já é mãe e ela também passa a ser o pai. Eu posso dizer isso de carteira porque a minha mãe foi meu pai também. Esse é um projeto que vem de menino e que tive muito orgulho em apresentar. Espero que o nosso Governador sancione essa lei no dia de hoje, porque acho de fundamental importância.

Esse é um projeto de origem, quem pode falar de origem é quem já viveu o problema e traz para este Parlamento; daí a importância de termos aqui pessoas de todos os níveis; os formadores, os advogados, os radialistas e aí entra aquela questão: os radialistas se elegem porque têm uma origem simples; eu, pelo menos tenho, e graças a essa origem faço um projeto que, tenho certeza, vai beneficiar inúmeras pessoas no Paraná.

Mas falando de saúde, Sr. Presidente, vi aqui o meu amigo Deputado Scarpellini, sempre muito crítico à saúde, com razão, Deputado Scarpellini, toda vez que criticamos a saúde estamos cutucando o Governo para fazer mais obras.

Mas, estou com um documento que quero anexar e passar à Presidência na sequência, que falo sobre o Hospital Regional de Ponta Grossa, que é um dos maiores sonhos da minha vida como Prefeito, como radialista, como Deputado.

Sempre sonhamos em ter um hospital regional em Ponta Grossa, até porque Maringá, Londrina e até Cascavel já têm. E a nossa região dos Campos Gerais nunca teve um hospital regional, sendo que o município de Ponta Grossa, por ter um pronto-socorro público, obrigasse a bancar muitas vezes despesas que não são suas. Eu, que já fui Prefeito, passei por isso, o hospital gasta 1 milhão por mês, o SUS devolve 400 fica um buraco de 600 mil por mês e por ser público, a Prefeitura de Ponta Grossa tem que pagar.

Então, não é justo que a Região dos Campos Gerais não tenha um hospital regional.

O Governador Requião nos deu o hospital. O hospital regional já está em fase de licitação. Um hospital de 17 milhões de reais, lá no campus da universidade. Tem toda estrutura e ao mesmo tempo tenho certeza que tão logo seja construído, o Governador vai nos devolver o curso de Medicina, que é um sonho de todos nós, que fizemos parte do Parlamento dos Campos Gerais. Sr. Presidente, quero deixar protocolado nesta Casa um documento que recebi, fiz um pedido de informação, porque agora é um momento de dúvidas, sai a obra, não sai, um momento de política. Fiz um pedido de acordo com a lei, por esta Casa, ao Secretário Nestor Bueno, que aliás nos orgulha porque é pontagrossense e isso nos deixa mais feliz, porque lá temos alguém de Ponta Grossa cuidando do dinheiro. E ele me escreve dizendo, através do ofício, que os recursos estão garantidos.

Dezessete milhões depositados numa conta especial do Governo. E na sequência vem o Secretário, vem o Diretor Geral da Secretaria da Fazenda, César Ribeiro

Ferreira, e para alegria nossa é mais um pontagrossense. E isso nos anima porque temos um Secretário do Planejamento que é de lá e o homem que está com o dinheiro na mão, também.

Então, não há dúvida que o dinheiro está na mão. Ele diz o seguinte: "Declaração de disponibilidade financeira nº 000/2006. Declaro para os devidos fins que a despesa abaixo descrita solicitada na SPI 914 está prevista na lei orçamentária nº 14997, etc, etc. E até o final de dezembro de 2006 consoante a norma do artigo 42 a Lei de Responsabilidade Fiscal... haverá disponibilidade financeira para seu pagamento nesse exercício ou no exercício seguinte sem prejuízo às demais metas planejadas. Entidade solicitante... César... Fundo Estadual de Saúde, FunSaúde prevista na lei de orçamento no valor de 17 milhões.

O dinheiro está na conta, é do hospital regional de Ponta Grossa e nada mais muda, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que quando se lança o edital, tem que ter o dinheiro na conta.

Então, para acabar com aquela conversa de que o dinheiro não está lá e que é coisa de política, o dinheiro está depositado, estão aqui os documentos inclusive cópia do decreto, onde estão os recursos. E quero deixar registrado nesta Casa que nesta data fiz um pronunciamento, deixei cópia deste documento nesta Casa para que nunca mais se façam comentários, principalmente, não é o caso do Deputado Scarpellini, de outros políticos que dizem que o dinheiro não existe. Está aqui a documentação. É um documento vindo da Secretaria, e tenho absoluta certeza que essa é a materialização do maior sonho de quem mora nos Campos Gerais. Vamos ter um hospital nosso pago com recursos, não é só fazer a obra. O mais caro depois é manter mensalmente os custos do hospital. Quem já foi Prefeito sabe disso. Fazer obra até não é tão caro, vai gastar trinta milhões de uma só vez. Duro é bancar três, quatro cinco milhões por mês para a manutenção do hospital e esse é o maior patrimônio que deixamos para os Campos Gerais e principalmente, para a cidade de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para concluir.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu fiz questão, há uns quinze dias, quando foi lançado esse edital, de tirar uma foto com a minha filha que tem apenas quatorze anos. Essa é a foto que tirei lá no campus da Universidade. Fiz questão de levar a minha filha para presenciar esse ato. Tirei uma foto do terreno onde vai ser construído o hospital e dei a ela uma cópia da foto e fiz uma mensagem dizendo o seguinte: "daqui a quarenta anos, não estarei aqui, certamente, mas você vai estar e haverá de testemunhar que o seu pai, como Deputado, o Governador Requião, o Secretário Xavier, os demais membros desse Governo, junto como Prefeito da cidade, uniram-se pelo bem de Ponta Grossa e pelos

Campos Gerais e esse hospital, depois de cinquenta anos, vai estar salvando muitas vidas.”

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar esse registro, para que fique na história desta Casa que neste dia fiz esse pronunciamento e acredito que daqui a um ano e três meses, se Deus quiser, vamos inaugurar a maior conquista da história da saúde dos Campos Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário do PPS, concedo a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Deputado Jocelito, faço votos que V. Exa. no seu próximo mandato, possa se regozijar do seu hospital. Não quero vê-lo, como vi no início da gestão, brigando muito porque cada vez mais se subtraíram recursos de Ponta Grossa, o que aliás, desculpe-me V. Exa., mas a construção da obra não garante o seu funcionamento. Se fosse assim, o Governo Requião teria aplicado todos os anos o que é devido na área de saúde e não menos de 50% do previsto. Aliás, o que lhe rendeu já uma ressalva por parte da análise do Tribunal de Contas e que se este ano não forem repostos os recursos que deixaram de ser gastos na área da saúde - e é por isso que muitas vezes vemos tanto empenho nessa área aí, o Governo terá as suas contas recusadas pelo Tribunal. Esta já é uma determinação. Já faz parte do voto do relator das contas deste ano, que era o Conselheiro Artagão.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte?

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Em seguida permito o aparte a V. Exa. e gostaria muito mesmo que isso ocorresse, porque é necessário que se invista mais e mais na área da saúde, mas não apenas na época de eleição e muito menos, na época da propaganda. Há necessidade de que ocorram efetivamente as boas ações. Nós dizíamos na campanha anterior, que havia condições, sim, de se regionalizar hospitais, se fizessem boas parcerias com hospitais filantrópicos das cidades. É o caso, por exemplo, de Paranaguá, com a Santa Casa, antes que fosse fechada e entrasse em colapso, poderiam ter sido acionadas outras regiões. Outras cidades do Estado do Paraná poderiam também, antes, já estarem com esta solução resolvida.

Mas, o que quero alertar e dizer aos Srs. Deputados é que temos hoje o Projeto de Lei nº 451/06 que faz um crédito suplementar para o DER para que ele possa, dentro do programa de obras, dar continuidade à restauração

de algumas. É um crédito de quinze milhões, mas não vejo, Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça a este projeto e sem o parecer podemos, no dia de hoje, votar.

Ainda ontem por deferência ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que nos solicitou que acelerássemos isso dentro da Comissão de Orçamento, nós os fizemos. Contudo, não há parecer da CCJ.

Então, peço a retirada desse projeto da Ordem do Dia de hoje, porque não vejo como votá-lo, aliás, um projeto que tenho certeza que muitos Deputados devem estar se vangloriando lá no interior, da obra que está sendo realizada, mas não estão aqui para votar, porque precisaríamos, sim, ter aqui a grande maioria dos Deputados para votarmos. Porque se temos esse projeto que é importante para o Governo, temos o veto do Governador aos senhores advogados que é importante para toda Assembléia. Precisamos sim, de um esforço concentrado, de termos aqui o maior número de Deputados. Estranho que alguns devem estar pelo interior vangloriando-se de obras, ao invés de estarem aqui, votando.

Isso é muito ruim. Gostaríamos que a Bancada do Governo estivesse em peso aqui, uma vez que é ela que se beneficia desse tipo de obra sistematicamente, quando na verdade quero deixar claro: é uma obrigação do Governo fazer obras.

Para que serve o Governo se não para fazer obras? Para que serve o Governo se não for para investir corretamente na área de saúde, investir na área de educação, na restauração de estradas, enfim, em obras tão necessárias? O que nós vemos muitas vezes é esse tipo de utilização de obras que são da população que não são obras do Governo, são obras da população, com o fito eleitoral. Infelizmente isso ocorre cada vez mais e cada vez mais vemos pessoas tentando tirar, benefício das obras que são obrigação do Governo fazê-las, permanentemente, como nós, permanentemente temos que estar cobrando a boa aplicação dos recursos. Quando se fala hoje de aplicação na área da saúde, sabemos que infelizmente isso foi cobrado na Comissão de Orçamento, foi cobrado aqui em todas as votações que esta Assembléia realizou, que não haviam investimentos compatíveis na área de saúde e sequer na área da educação.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Só queria lembrar V. Exa. que esse hospital foi planejado a partir de 2005, quando recém havia sido eleito o Prefeito Pedro Vosgrau em Ponta Grossa. Foi em janeiro, dia 13, que o Governador oficializou o início dos trabalhos.

Demorou em função de algumas burocracias que o senhor sabe existe na máquina, inclusive que esse dinheiro seria repassado à Prefeitura, que demorou um pouco com o projeto.

Gostaria de dizer a V. Exa. que essa questão da aplicação dos recursos de acordo como determina a lei também não é o que interessa. Sinceramente não interessa. Vou lhe dizer o porquê. O Tribunal de Contas do

Estado do Paraná, durante oito anos aprovou as contas do ex-Governador Jaime Lerner e esta Casa confirmou os oito anos faltando o não cumprimento da educação. Todos os anos faltaram um e meio, dois, três por cento e o Tribunal de Contas aprovou-as. E esta Casa confirmou. Está nos Anais, confirmado os oito anos de Jaime Lerner. Da saúde também. E muitos Deputados que estão aqui votaram a favor, com todo o respeito.

Agora, quando pega um pequeno Prefeito do interior, ou o baixo clero, o Tribunal de Contas tem dois pesos e duas medidas. Quando um Prefeito falta meio por cento, o Tribunal de Contas, numa forma diria, covarde desaprova as contas. Vamos discutir isso depois das eleições. Para chegar nessa linha que V. Exa. quer, o não cumprimento do que determina a lei. Quando alguém quer, se cumpre, quando não se quer o Tribunal de Contas aprova do mesmo jeito.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Acho que a não aplicação é que levou à não eleição do candidato do ex-Governador. E espero que a não aplicação também leve à não eleição do atual Governador. Acho que esta é a regra que a população tem que impor, independente de Tribunal de Contas. Algumas vezes há complacência com os mais poderosos. Mas, não é esse o problema! O problema é o uso eleitoreiro das obras como, muitas vezes, está sendo feito neste governo. E não isento outros governos de terem feito também.

Temos, sim, de apurar, e é papel desta Casa, e apurar muito bem essa questão dos grampos.

Ontem, tentaram nos vender a imagem que o tal do grampeador apareceu por mágica na Casa Civil. Como se ninguém o tivesse convidado. Nunca vi isso acontecer em lugar nenhum. Como é que um funcionário se materializa dentro da Casa Civil? Um dos questionamentos era sobre suas ausências ao trabalho e ele dizia que estava à disposição da Casa Civil desde 2003, e o Secretário da Segurança Pública cobrava isso. Alguém muito poderoso dentro deste governo acoberta e acobertava a presença do grampeador. Isto é algo que temos que apurar, porque a população não é tola e nenhuma de nós também, de imaginar que um funcionários se materializa dentro da Casa Civil, de graça.

Concedo um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

O Sr. Raseira respondia a três inquéritos administrativos que recomendavam a sua exclusão da Polícia Civil e o Governador Roberto Requião avocou para si esses inquéritos e deu uma anistia geral e restrita ao Raseira. Ele estava a serviço do seu padrinho, o Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Isso está muito claro à população paranaense. E há um clamor daqueles que lutaram e não podem admitir esse tipo de invasão da privacidade.

Temos que ir atrás. Ir atrás de quem são esses padrinhos. De que forma esse apadrinhamento acabou causando este tipo de desmando que, aliás, é típico de alguns governantes. É típico de pessoas, porque já há retratos disso desde o tempo do Senado, de gravações.

Queria solicitar que seja retirado o projeto 451 da pauta de hoje, uma vez que não consta o parecer da CCJ.

Muito obrigado!

O SR. HERMES FONSECA (PT) (Pela Ordem)

O Deputado Marcos Isfer está equivocado, porque o parecer está em anexo ao projeto. Não tem procedência o que V. Exa. está pedindo.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Se o parecer existe, deveria constar na Ordem do Dia, para que todos tomassem conhecimento.

Deputado Hermes Fonseca, V. Exa. foi um dos Deputados que buscou melhorar a reforma do Regimento Interno desta Casa e sabe muito bem que matéria não publicada não pode ser votada sem os pareceres!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PDT, PFL, PT, PSDB.

(Declinam)

No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esperando hoje decidir o veto em relação aos advogados, esperamos que até o momento da discussão possa ter quórum para resolvermos esta questão de interesse dos que nos visitam hoje e, na verdade, de interesse de todos nós que votamos favoravelmente, aqui na Casa, por este projeto.

Algumas pessoas me dizem: “Elza, você tem que parar com isso de ficar vez ou outra, quase sempre, subindo à tribuna para defender o Governador Roberto Requião”.

Eu não estou no PMDB por acaso, estou no PMDB por opção; e nem estou na base de sustentação de apoio do Governador por acaso também, estou por opção.

Já disse, várias vezes, que enquanto me considerar signatária das propostas e do jeito de governar do Roberto Requião, farei defesa do meu Governo, bem como a Oposição faria se fosse o contrário. Essa é uma questão ética. Essa é uma questão de lisura. Não sou uma mulher de duas caras e nem estou na Situação, hoje, por

diletantismo ou por facilidades, estou por opção, por convicção de que o nosso Governo tem sido um exemplo de Governo no Estado do Paraná.

É óbvio que, em alguns momentos, aqui na Casa, votei contra algumas posições e alguns projetos oriundos do Governo porque não posso esquecer que sou uma Deputada, pertencendo ao Legislativo e não ao Executivo.

Então, em alguns momentos, muito raros, votei de forma diferente, mas em nenhum momento sem conversar com o Governador ou com o Líder do Governo aqui na Casa, Deputado Dobrandino, ou com Anibelli, que é Líder do PMDB.

Sempre disse, e vou continuar dizendo, que não caí da pára-queda na política. Estou há muito tempo. Poderia dizer que sou uma “dinossaura”, mas acho isso pesado demais. Tenho muito tempo de militância política, desde os tempos do movimento estudantil, e optei por uma linha de atuação: a linha de coerência, da ética, da verdade. Lógico, cometemos equívocos, pois todos nós somos seres humanos, mas nenhum equívoco do qual tenha que me envergonhar, porque nenhuma deles tive que justificar falta de lisura, falta de responsabilidade política.

Eu vejo a Oposição sempre contrapondo o Governo, e isso é saudável. A Oposição cumpre o seu papel, Deputado Rossoni, e seria estranho, na construção da democracia, se não tivéssemos o contraponto. Acho muito interessante essa discussão, aqui na Assembléia e em outras Parlametos, em que temos a oportunidade de nos contrapormos, e é isso que faz o fortalecimento da democracia. Isso que é o bom da discussão.

Alguns, realmente, fazem oposição a pontos de vista; fazem oposição à visão que têm em relação a determinadas questões; mas outros não fazem oposição, porque não sabem fazer. Alguns tentam, diuturnamente, desqualificar as obras do Governo, e isso é diferente de fazer oposição. Isso é ausência de argumentos, de conhecimento crítico, de cultura política e não ajuda na construção da democracia, porque é muito fácil desqualificar. Então, essa é uma diferença clássica entre oposição e aqueles que apenas tentam desqualificar um governante ou uma situação.

Essas tentativas de desqualificar as obras do Governador Roberto Requião não têm surtido efeito, porque ando pelo Paraná todo e tenho ouvido, visto e discutido a aprovação do povo do Paraná, em relação ao governo de Roberto Requião.

Eu diria que: pior que ainda não ter algumas obras acabadas, iniciadas e não terminadas, é ter a oportunidade de fazer e não fazê-las. Pior do que obras que foram iniciadas e que ainda não foram concluídas é a irresponsabilidade total e absoluta do governo anterior, que sucateou o Estado do Paraná de forma absoluta, indiscutível e impossível de ser de alguma maneira justificada.

Eu diria que, aqui, há alguns dias atrás, alguns companheiros, em tom de deboche, disseram que o Governador Roberto Requião, neste governo, era o

governo do lançamento: lança aqui, lança ali e lança acolá. Que bom que o Governador Roberto Requião, responsável como é por este Estado, depois de estudos, verificou a possibilidade de lançamento de várias obras. Lançou várias obras e muitas estão concluídas e outras por concluir. Lançamento no bom sentido, lançamento de verdade.

O Governo anterior, sim, poderia ser definido em tom de pecha, como o governo do lançamento. Lançamento do Banestado no lixo, do nosso maior patrimônio, que era o Banco do Estado do Paraná, no colo de outra instituição, com um prejuízo enorme. E hoje, continuamos pagando e vamos pagar até 2023 uma conta que não fizemos e até aqueles que não nasceram vão continuar pagando, feita de forma irresponsável pelo governo anterior, que lançou no lixo o Banestado. E tentou. E tentou lançar a Copel na mesma direção e não o fez pela organização e pela força do movimento popular, também por questões internacionais que contribuíram naquele momento, mas muito pela organização do povo.

Um governo de lançamentos foi o anterior, que lançou a saúde, a educação e a segurança em uma situação absolutamente impossível. Oito anos os funcionários públicos deste Estado, nas mais diversas categorias, não receberam reajuste, não tinham os seus planos de carreira. Isto é lançar no obscurantismo, na indiferença e na irresponsabilidade a vida de homens e mulheres trabalhadores do Estado do Paraná.

Então, vamos olhar com calma e olhar para trás. Essa história de que tem que dirigir o carro sem olhar no retrovisor, também não cola. Tem que olhar, sim, no retrovisor, para não provocar acidentes, quase irreversíveis, como cometeu o governo anterior.

Concedo um aparte ao companheiro Scarpellini, para não dizer que sou antidemocrática, como da vez anterior.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Muito obrigado por ser homenageado com o seu aparte.

Tenho duas coisas a falar, para contribuir com a sua oratória. Em primeiro lugar, olhando para trás, lembro-me que na eleição de 1994, eu era Secretário de Estado do Governo Requião e o Governador, então, já tinha se eleito para o Senado e o Álvaro Dias tinha ficado para o segundo turno com o Jaime Lerner. Eu falei com o Senador Roberto Requião, eleito Senador e disse a ele: “temos que bater de frente com o Lerner”. Ele falou: “não vou bater de frente nada. O Álvaro vai perder a eleição e eu estou indo embora para o Rio de Janeiro. Não vou gravar nada a favor do Álvaro. Eu já me elegi Senador e deixo a coisa acontecer”. É um testemunho meu e o Governador sabe muito bem disso. Em segundo lugar, quem falou que está se fazendo os lançamentos aqui fui eu, que disse que o Paraná virou um novo Cabo Canaveral, na Flórida, onde fazem os lançamentos de foguetes americanos, porque é só lançamento de obras - o que

deveríamos estar inaugurando, estamos lançando agora para que o Governador possa realmente colher os frutos políticos. Essa cobrança que estamos fazendo, Deputada Elza, faz parte do Regime Democrático e as promessas que estão sendo feitas novamente agora pelo próprio Governo, que já fez anteriormente, serão avaliadas pelo povo do Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Solicitaria ao Presidente para usar o tempo do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais dez minutos, então.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

A SRA. ELZA CORREIA

Queria dizer também, para lembrar que no Centro Cívico estamos concluindo neste Governo uma obra que foi absolutamente abandonada, lançada pelo Governo anterior e não foi terminada e estamos terminando agora.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. **Jocelito Canto (PTB)**

Queria só enaltecer o seu pronunciamento e nós falamos sobre a saúde, que é a maior dificuldade do país, porque a população das cidades aumentou e dou um exemplo claro de Ponta Grossa, que até dez anos atrás tinha duzentos mil habitantes, hoje tem perto de quatrocentos mil.

Então, ao longo desses anos não se construiu hospitais na cidade. Quando vejo um Governo interessado em fazer um hospital no porte que vai ser feito em Ponta Grossa, um hospital de 180 leitos, que será o maior da cidade, de trinta leitos de UTI, um Governo que está liberando dezessete milhões, que inclusive esse dinheiro vem das contas do Governo do Estado que foram repassados ao Banco do Brasil, que ofereceu em contrapartida esse dinheiro ao Estado, que por sua vez repassou para a questão de saúde, para o hospital de Ponta Grossa.

Quando vejo em Ponta Grossa um pronto-socorro sendo reformado, quando Prefeito não recebi nenhuma ambulância em Ponta Grossa em quatro anos e este Governo está fazendo a reforma do Hospital Municipal de dois milhões, mais três novas ambulâncias foram colocadas lá dentro do próprio pronto-socorro, mais o Hospital da Criança, que é um hospital regional e que está sendo ampliado com mais dois milhões e meio e mais a manutenção de quinhentos mil reais a partir da reforma.

Então, a saúde não está 100%, mas que as coisas estão melhorando, tenho que admitir, pelo menos na região que represento e que lembrou bem aqui o Deputado Marcos Isfer, que quando começou o mandato, chegamos a fazer uma caminhada a pé de Ponta Grossa até

aqui, porque não haviam UTI's. É porque as coisas foram melhorando, fomos insistindo, fomos trabalhando e as coisas foram acontecendo.

Por isso, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento e dizer que nos Campos Gerais a saúde não está perfeita, mas já mudou muito!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada!

Nada está perfeito, nada está terminado e seria infantilidade, seria irresponsabilidade dizer que vamos resolver todos os problemas do Estado do Paraná, até porque os problemas do Brasil sofrem influências de toda a questão econômica, projetos a nível federal que vêm para o estadual e isso é uma bola de neve que está rolando há muito tempo. Agora, não reconhecer o que foi feito, aí também é demais! Fico perplexa quando vejo alguns companheiros de Oposição lamentando obras que estão em andamento, mas que ainda não foram concluídas, lamentando investimentos e eu não entendo isso, porque também já fui da Oposição!

Agora, queria dizer que o Governador Requião, quando iniciou, teve que abortar mais de duzentos milhões em licitações fraudulentas e isso foi público, foi publicado e todo mundo sabe. Uma quantidade enorme de obras que era um verdadeiro balcão de negócios e que foram paralisadas. Hoje, todas as licitações do Governo do Estado do Paraná são transparentes e estão na internet.

Então, fico assim pensando qual é o papel daqueles que estão sentados em uma cadeira parlamentar dizendo que o Governo é esse que começou uma obra, mas que ainda não terminou? Vai terminar porque ele será o Governador por mais quatro anos.

Com aparte o Deputado Rossoni.

O Sr. **Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputada Elza, quero dizer que a coerência que V. Exa. falou aí, eu concordo. V. Exa. tem uma postura que eu respeito. Agora, discordar não é desqualificar; discordar quer dizer o seguinte, na minha maneira de entender - claro que V. Exa. pode ter outra compreensão - fala-se muito no futuro. E o passado? Por exemplo, ouço aqui falar que está sendo licitado o Hospital de Ponta Grossa. Então, agora, vai ser criado o curso de Medicina em Ponta Grossa, vai! Então, tudo é amanhã, só que não podemos esquecer: esse Governo está aí há três anos e meio!

Outra questão: vou até fazer um levantamento para encaminhar a V. Exa., das licitações fraudulentas que V. Exa. falou. Quero citar a V. Exa. que têm licitações que o Governo paralisou e prejudicou o Estado, como é o caso da questão da água que noutro dia fui mal interpretado pela imprensa, mas poderíamos ter uma nova barragem já concluída e agora estamos em racionamento. Hoje, tive que tomar banho na casa da minha filha porque não tinha água na minha casa. Por quê? Porque o Governo usou a mesma licitação do Governo anterior.

Então, não é tudo verdade o que V. Exa. ouviu do “poderoso chefe”. O que estranhemos é essa questão dos hospitais: tudo ficará pronto amanhã. E ontem? E os compromissos que foram assumidos durante a campanha? Essas cobranças são legítimas por parte da Oposição. Estamos aqui para fazer isso! V. Exa. é do PMDB, V. Exa. luta ao lado do Governador, concorda com seu posicionamento, nós não! Não há necessidade de haver isso, se ficarmos aqui dizendo amém, já temos na sociedade uma péssima imagem, o Parlamento brasileiro, o Parlamento estadual hoje, se formos analisar a nossa avaliação, é horrível! Horrível por quê? Porque ficamos aqui, a grande maioria, não quero cometer injustiça, mas a grande maioria fica aqui como vaquinha de presépio...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Não é o meu caso!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Dizendo amém, dizendo amém.

Quero dizer a V. Exa. que concordo quando fala de coerência, de postura, mas discordo totalmente do seu pronunciamento, porque acho que esse Governo fala muito de futuro, pouco do que fez no passado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Na verdade, insisto e também sou uma pessoa medianamente inteligente, graças a Deus. Não sei tudo, todo dia aprendo um pouco mais e sei que discordar e não concordar, desqualificar é a tentativa de desmoralizar, de fazer cair no descrédito as ações, seja dessa ou daquela pessoa.

Acho que a maior fraude que houve no seu Governo, no Governo anterior, foi a El Paso e eu poderia aqui também fazer um elenco de fraudes, de situações e questões fraudulentas do Governo Lerner que até hoje estamos pagando o preço! V. Exa., em um dos pronunciamentos que está na Casa, chegou a dizer que nem tudo que foi feito naquele Governo V. Exa. concordava. Foi o Governo da fraude, do entreguismo, foi o Governo que arrebitou com as nossas estruturas, que entregou o Banestado, que quase entregou a Copel, foi o Governo do desmonte! Só que aí, agora, o Governo que está tentando corrigir é que é o Governo incorreto, o Governo que não faz!

Tem hora que tenho a impressão que querem achar que não somos pessoas medianamente inteligentes e que somos capazes de fazer uma análise conjuntural, assim fosse o Governador não estaria com 63% de aprovação do Ibope, pessoas que aprovam o Governo Requião. Será que 63% da população do Estado do Paraná que aprova as obras do Governo são pessoas que não têm condições de fazer uma análise, despreparadas, ignorantes, pessoas que não estão percebendo o que representa trabalhar da forma que trabalha o Governador Requião?

Além disso, vou dizer uma coisa para vocês: o Governador Roberto Requião é igual massa de bolo: quanto mais bate mais ele cresce, porque a população

está sentindo na pele o que representa um Governo como esse, voltado exclusivamente para as pessoas mais pobres.

Não tenho tempo agora, queria dar um aparte para o meu colega Barbosa Neto. Tenho sempre um prazer muito grande em dar aparte para V. Exa. Quero dizer que os municípios de Paranavaí, Londrina, Santo Antônio da Platina, Lapa, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Campo Largo, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, que não tenho tempo de falar, mas falarei na Sessão seguinte, porque discordar como a Oposição deve fazer, posso não concordar mas brigarei até o final pelo direito de fazê-lo, porque não concordar - agora desqualificar é só pegar o dicionário para ver o significado - é bem diferente de discordar.

Não tenho mais tempo, desculpe, Barbosa Neto, que é um companheiro que tenho um grande carinho, mas não tenho mais tempo. Na próxima, cederei.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Questão de Ordem**)

Só vejo que fica um pouco descortês com todos os Deputados...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe Pela Ordem.

Horário da Liderança da Oposição. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni, por dez minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Até para justificar a minha subida à tribuna, é claro que tenho o que falar, mas estamos procurando ocupar o tempo para ver se os Parlamentares vêm ao Plenário para que possamos votar o veto que está em pauta.

Vou falar de uma “pérola” que está na Gazeta do Povo. Essa é uma “pérola” preciosa, que diz o seguinte: *A construção de estradas alternativas, nas quais os usuários poderão trafegar sem pagar, seriam as estradas da liberdade.* Vejam o seguinte: *Anunciou ontem em entrevista em uma emissora de rádio.* Então, tem um homem... vou colocar aqui, um teste de adivinhação: tem um cidadão candidato a Governador que está prometendo agora estradas alternativas ao pedágio. Ele vai construir no próximo Governo. Nós somos capazes de adivinhar quem tem coragem de fazer essa proposta, porque primeiro, fazer essa proposta tem que ter muita coragem. Tem um candidato que está prometendo as estradas alternativas. Vai ser construído no próximo Governo. Está resolvido o problema, vamos acreditar nisso. Papai Noel existe e agora está resolvido o problema do pedágio. Não vou citar o nome de quem prometeu isso, acho que é desnecessário. É aquele mesmo que há quatro anos atrás foi à televisão e prometeu que baixaria ou acabaria com o pedágio.

É aquele mesmo que foi à televisão e isso, é menos-prezar a inteligência da população, é aquele mesmo que prometeu construir 35 hospitais regionais e que agora a grande maioria está sendo licitada. É aquele mesmo que prometeu construir 200 mil casas e construiu 20 mil e está devendo 180. É aquele mesmo e, quando eu falo em falcatrua, gostaria de ter essa explicação, que fez a negociata com a Elejor, que tinha investido 28 milhões. Comprou o empreendimento por 41 e ainda deu o direito da construção à empreiteira. Deu um lucrinho pequeno, num prazo de um ano e meio. O que é que é? Vinte e poucos milhões de lucro? Onde se viu? É só dobrar! Só 100% de lucro em apenas um ano e meio. Isso é corretíssimo! Isso é um Governo sério, competente, inteligente, cuida e zela do dinheiro público! Essa é a verdade! E é por esta razão, desculpem-me aqueles que se irritam quando subimos na tribuna, mas não há como fazer a defesa de tamanha falta de consideração com a população.

Quem teria que estar na televisão, no programa eleitoral dizendo: “Desculpem-me, menti para vocês, preciso do seu voto, para corrigir um erro da minha vida pública”, agora, vem prometer para os paranaenses a estrada alternativa, a estrada da liberdade. Eu quero dizer que, Pastor Edson Praczyk, pode mudar de candidato a Governador no meio da eleição? Pode? Porque se puder eu acho que vou mudar, porque com essa promessa agora, eu me entrego. Isso é uma coisa fantástica, isso é uma pérola da política paranaense. Isso tem que ser escrito com letras garrafais nas páginas da história do Paraná, para nunca mais ser esquecido pela população. E nós estamos aqui discutindo e aceitando isso caladamente. A televisão tinha que ser desligada. Não é possível! Essa rádio aqui, que ouviu essa pérola, e eu vou em busca das gravações, porque quero reprisar da tribuna, porque isso é sem dúvida nenhuma, um compromisso com a população brasileira, com a população paranaense, verdadeiro. Agora, sim, é de verdade, gente! Está resolvido o problema do pedágio, gente! Está resolvido o problema do pedágio no Paraná! Vamos construir a estrada da liberdade! Isso me emociona...

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Permite um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

... e me sensibiliza. Tenho vontade de sair pedindo voto para o Governador. Desculpe-me. Eu não tenho lenço, mas começam a correr lágrimas pela emoção desta proposta séria, justa, honesta, coerente, digna. Nós, da Oposição, temos que nos curvar diante de tamanha lucidez política e dizer que não há como nós trabalharmos dessa forma porque o nosso candidato, não é milagreiro, não faz milagre. Esse é o grande azar nosso, Deputado Barbosa! O nosso candidato não conseguirá fazer isso. Queremos deixar claro para a população paranaense, com o Governador Osmar Dias, não será construída a estrada da liberdade. Nós não temos este poder. Deus não ilumi-

nou o nosso grupo político, a Oposição do Paraná, para fazer milagres, para fazer obras fantásticas como essa que será construída pelo então Governador do Paraná. Eu não ia citar o nome, mas V. Exas. sabem que quando acontecem esses fatos mirabolantes, são fatos que têm que ser considerados neste momento.

Quero deixar registrado, emocionadamente, com esse compromisso. É compromisso. Não é compromisso, é verdade.

Emocionado, dou aparte ao Líder do Governo.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Também fico quase chorando de alegria que V. Exa. diz que vai votar no Governador Requião. Está correta a sua posição. É claro que sabemos que isso é folclórico. Mas milagres existem. Conheço candidatos fazendeiros, e há alguns milagres também. Faço-lhe uma pergunta: quem é que instituiu o pedágio no Paraná? Não foi o Requião, claro!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Faz três anos que quero lhe dar essa resposta. Quem instituiu o pedágio no Paraná foi o Governador Jaime Lerner e o senhor não saía de dentro do palácio Iguaçu, junto com o Governador. O senhor trocou de lado, porque na eleição de Álvaro Dias, o senhor abandonou Álvaro Dias e não saía de dentro do Palácio Iguaçu e Jaime Lerner não saía de dentro da sua casa, em Foz do Iguaçu.

V. Exa. não troque de lado, o senhor continue defendendo o seu Governador Requião, mas não desqualifique quem lhe atendeu a vida inteira. O senhor era íntimo amigo do Governador Jaime Lerner, era um grande defensor, o seu filho sempre votou com Jaime Lerner, não venha aqui dessa forma, há três anos V. Exa. comeu, dormiu dentro da casa de Jaime Lerner. Depois trocou de lado. Sempre quis dizer isso para o senhor. Mas, como sempre mantive o respeito, achava que esse posicionamento seria desrespeitoso, não quero ser desrespeitoso com V. Exa. Concluo e vou para o banheiro enxugar as lágrimas porque me emociono com as promessas do Governo Requião com as estradas da liberdade.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 32 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Verificação de votação. Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Convido o Sr. 1º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Solicito a retirada da chamada nominal, uma vez que já tem 28 Srs. Deputados em plenário. Pedi a chamada porque, seguindo aquilo que havia acordado com o Deputado Rossoni, todas as Sessões vou fazer a chamada porque estou em todas as Sessões e a grande maioria, também.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Requerimento nº 2147, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 13 de setembro (quarta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2156, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/06, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, mediante integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - Fundinop, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - Fafi-CP, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 450/06 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro - Fundinopi, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - FAFI-CP, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, estadualizada em atendimento à Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1052, de 11 de abril de 2003, ficam integradas em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Parágrafo Único. A UENP terá sede no município de Jacarezinho e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionadas as Instituições Estaduais de Ensino Superior que ora passam a integrá-la.

Art. 2º A receita, o patrimônio e as dotações orçamentárias das Instituições Estaduais de Ensino Superior que trata o artigo 1º desta lei ficam sob a titularidade da UENP.

Art. 3º A definição de atribuições e da estrutura organizacional básica da UENP serão estabelecidas em Estatuto, bem como o Regimento Interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional, baixados por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo Único. Os documentos referidos no *caput* deste artigo serão elaborados com a participação das comunidades universitárias das atuais Instituições Estaduais de Ensino Superior indicadas no artigo 1º desta lei, juntamente com representantes da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

Art. 4º Ficam criados na UENP os cargos de provimento em comissão de Reitor e de Vice-Reitor, símbolos DAS-1 e DAS-3, respectivamente.

Parágrafo Único. Até que a UENP seja credenciada no sistema estadual de ensino, o Governador do Estado designará o Reitor e Vice-Reitor.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UENP todos os cargos de confiança (comissionados e funções gratificadas) e os cargos efetivos, ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Instituições Estaduais de Ensino Superior de que trata o artigo 1º desta lei e criados pela

Lei Estadual nº 14.269, de 23 de dezembro de 2003, e pela Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

§ 1º Os quantitativos referentes aos cargos efetivos redistribuídos para a UENP, relativos às carreiras de Professor do Ensino Superior e de Agente Universitário, constam do Anexo I.

§ 2º As Instituições Estaduais de Ensino Superior, citadas no artigo 1º desta lei utilizarão os seus atuais cargos de confiança e manterão os atuais procedimentos acadêmicos e administrativos, inclusive os referentes à expedição de diplomas e demais documentos necessários ao cumprimento de suas atividades, até que todos os atos constitutivos da UENP sejam aprovados pelas instâncias competentes.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às demais adequações de cargos e alterações orçamentárias e outras que sejam necessárias à implantação da UENP, visando dotá-la da estrutura física e de pessoal para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 7º As Instituições Estaduais de Ensino Superior de que trata o artigo 1º desta lei ficam excluídas da Lei 13.283/01.

Art. 8º Fica autorizada a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP a firmar convênio com a entidade mantenedora da Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, com interveniência e supervisão da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para atender ao disposto na Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 9º Fica autorizada a estadualização da Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória - Face, com sede no município de União da Vitória, com a denominação de Universidade Estadual do Sul do Paraná - Unisul, vinculado ao órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

Parágrafo Único. Para cumprimentos do disposto no *caput* deste artigo, a nova Instituição de Ensino Superior, cuja estadualização deverá ser regulamentada por decreto do Poder Executivo, fica autorizada a firmar convênio com a entidade mantenedora da Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória - com interveniência e supervisão do órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

Art. 10. A estrutura organizacional básica e a definição de atribuições da Unisul serão estabelecidas em Regimento Interno próprio e o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico, serão elaborados com a participação da comunidade universitária da Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da

Vitória - Face, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 11. Ficam criados, na Unisul, os cargos de provimento em comissão de Reitor e de Vice-Reitor, símbolos DAS-1 e DAS-3, respectivamente.

Parágrafo Único. Até que a Unisul seja reconhecida, o Chefe do Poder Executivo poderá designar o Reitor e o Vice-Reitor.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias e quaisquer outras necessárias à implantação da Unisul.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.09.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ANEXO I

Quantitativo de Cargos

Carreira do Magistério Superior: 410

Carreira de Agente Universitário - 244

Classe I	Classe II	Classe III
28	120	96

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, determinando o controle de presença dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, para fins de responsabilização dos pais e responsáveis pelos alunos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CECECT. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 799/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 070/05, que isenta do Imposto Sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de

Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD - a renúncia ao usufruto vitalício gravado sobre o imóvel identificado como lote 270 da Gleba Cafezal, localizado no município de Londrina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/06, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.773, de 05/07/05. (Isenção de ICMS - contrato de demanda de potência de energia). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/06, de autoria do Deputado Waldir Leite, declarando de Utilidade Pública Estadual a Associação da Melhor Idade Coração de Pontal - Amicorpon - Balneário Shangri-lá, com sede e foro no município de Matinhos-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Pirapó Maria Aparecida Antônio Severino, com sede e foro no município de Apucarana - Distrito de Pirapó-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a manutenção de atividades do professor estadual por motivo de doença, conhecida por afastamento de sala de aula. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/06, de 14.06.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 331/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem o escopo de garantir aos professores afastados, provisória ou definitivamente, em razão de doença, a manutenção de suas percepções remuneratórias.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição Federal assim assegura:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

Assim, do prisma da legitimidade da propositura, bem como da constitucionalidade, encontramos respaldo na Constituição Federal.

Nesse viés, entende-se tal matéria como de ordem pública, visto que a manutenção da remuneração do professor, que afastado em virtude de doença, deixa de lecionar, podendo ser deslocado de função, involuntariamente, mas fazendo jus à percepção que antes lhe era conferida.

Observando ainda o princípio da isonomia, conforme consta na justificativa do projeto, o tratamento desigual aos desiguais é senão o critério mais justo e equitativo de igualdade.

Rui Barbosa reestruturando o pensamento de Aristóteles, inúmeras vezes utilizado pelos que se enveredam nos caminhos da tentativa de delimitar o conteúdo do princípio isonômico, averbou que:

*“A regra da igualdade não consiste senão em quinhoeirar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem (...). Tratar com desigualdade a iguais, ou desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real”.*¹

O princípio da isonomia revela-se como o grande elemento valioso que estabelece o equilíbrio necessário para identificação da legitimidade ou perversão institucional, verificada na relação Estado-cidadão. A lei deve regular a vida social, visando sempre a satisfação do bem comum, não atribuindo privilégios nem malferindo situação que não encontrem amparo legítimo.

Conclusão

Diante do ora exposto, a preservação do profissional, em detrimento da doença, que lhe retire o caráter originário da função, é senão função do Estado, garantido a proteção do cidadão-professor.

Assim, em sede de análise prévia, opinamos pela aprovação em razão da constitucionalidade do presente projeto aferida.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 331/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

1. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. 3ª ed. São Paulo, Editora Malheiros. 2000.

O presente projeto de lei tem como objetivo garantir aos professores afastados provisória ou definitivamente em razão de doença, a manutenção integral da sua remuneração.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, e sob este ponto de vista a douta Comissão de Constituição e Justiça já fez os devidos pronunciamentos.

Mérito

Parece-nos óbvio que o tratamento proposto pelo presente projeto de lei, resgata o princípio da isonomia aplicado a um caso concreto, já que a manutenção da remuneração ao professor afastado guarda semelhança com os demais servidores do Estado, não se justificando a diminuição de suas percepções ainda mais quando acometido por qualquer enfermidade.

Conclusão

Pelo exposto, somos de opinião favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.08.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 57/06, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais), conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CO. Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04.09.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 451/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 057/06, dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais), ficando ajustado o Programa de Obras constante no Anexo VII, conforme dispõe o artigo 24 da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender o Programa de Obras e Serviços de Recuperação e Melhorias da Rodovias.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 4º, do Regimento Interno deste Poder, acompanhamos o Parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em questão.

A autonomia do Poder e sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Institui-

ções tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Discussão Única (Proposição)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 59/06, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 269/06 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 39/06, que visa adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO PARCIAL EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO.**

OF/CTL/CC nº 160/06

Curitiba, 21 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 165/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 269/06, por julgar os dispositivos vetados inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 269/06, de iniciativa do Poder Executivo, foi elaborado e enviado à Assembléia Legislativa do Estado para aprovação da reestruturação da carreira de Procurador do Estado, quanto ao vencimento básico.

Para elaboração do projeto foram realizados estudos e elaborados relatórios de impacto orçamentário e financeiro, pelas Secretarias de Estado do Planejamento e da Fazenda, assim como pela Secretaria de Administração e Previdência, consoante as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 17 a 20.

A readequação da carreira implicará em aumento de despesa de pessoal que não afetará as metas planejadas pelo Estado mantendo-se o limite máximo de tais despesas previstas nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

No entanto, por emenda aditiva foi incluído no projeto o artigo 5º que estende aos Advogados do Poder Executivo o mesmo direito de reestruturação de carreira, *verbis*:

Art. 5º O disposto nesta lei aplica-se à carreira especial dos advogados do Poder Executivo Estadual, na forma do Anexo Único desta lei e a despesa decorrente correrá à conta do Tesouro.

O Projeto de Lei 269/06 merece sanção, porém o artigo 5º acima transcrito receberá veto pelos motivos a

seguir descritos, que o maculam de inconstitucionalidade e ilegalidade:

1 - Vício Formal de Iniciativa

Para preservar a tripartição de funções do Estado a Constituição Federal adota a teoria da separação dos Poderes em seu artigo 2º. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário recebem uma parcela de competência, que exercem com respeito e independência.

A iniciativa de leis está prevista no artigo 61 da Constituição Federal, que em seu parágrafo 1º, II, “a”, atribui como exclusiva do Presidente da República para criação de cargos do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

Na mesma linha, prescreve o artigo 27, X, da Constituição Estadual que *a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 30 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.*

A competência para aumento da remuneração dos servidores públicos, assim como para criação de cargos, funções ou empregos e para reestruturação de carreira na Administração direta e autárquica do Poder Executivo é privativa do Governador do Estado, nos termos do artigo 66 da Constituição Estadual, que estabelece:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado das leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou emprego público na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

A Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 269/06, que consistiu na inserção do artigo 5º, para alcançar a carreira dos Advogados, é inconstitucional por vício de iniciativa, eis que a redação final não coincide com o projeto elaborado pelo Poder Executivo.

É de observância obrigatória a cláusula de reserva pertinente ao poder de instauração do processo legislativo e sua violação constitui usurpação de prerrogativa não compartilhada que configura vício insanável. Houve afronta aos artigos 2º e 61 parágrafo 1º da Constituição Federal e aos artigos 27, X e XIII, e 66 e 68 da Constituição Estadual.

2 - Aumento de despesa com pessoal em desacordo com a Constituição Estadual e Lei de Responsabilidade Fiscal

O artigo 5º do Projeto de Lei 269/06 merece veto também porque fere o artigo 68 da Constituição Estadual que determina:

Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual.

O artigo 5º ora vetado criaria para o Poder Executivo uma nova despesa de pessoal que não foi planejada e sequer estimada.

Para que seja concedido aumento salarial, readequação ou reestruturação de carreiras que impliquem em aumento das despesas no orçamento do Estado, analisar a adequação com o limite máximo de gastos com pessoal no Poder Executivo e no Estado, averiguar se haverá disponibilidade financeira para a despesa que é continuada, e finalmente confirmar se as metas planejadas não serão afetadas com a despesa nova que terá que ser suportada.

São as formas dos artigos 17 e 21 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que determinam esses procedimentos, os quais foram promovidos para as carreiras de Procurador do Estado e Delegado de Polícia, mas não foram efetivados para a carreira de Advogado do Poder Executivo.

Dispõe o artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesas de que trata o caput deverão ser instruídas com estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

O artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece os limites máximos de despesas com pessoal, sendo que o Estado do Paraná poderá gastar até 60% de sua receita corrente líquida, dos quais, segundo o artigo 20, 49% no Poder Executivo.

Se mantido o artigo 5º, além do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, poderia haver desequilíbrio das contas públicas, pela ausência de planejamento e de verificação da disponibilidade financeira para atender a carreira dos Advogados, podendo haver prejuízo para o cumprimento das demais metas planejadas.

O Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de manifestar-se sobre o assunto, em diversos julgados, sempre para declarar inconstitucional a emenda legislativa feita em projeto de lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando esse fato gera aumento de despesa com pessoal. É o caso dos julgados proferidos nos processos: ADI 2.118-MC, Rel. Min. Octávio Galloti, DJ 22/09/00; ADI 3.177, DJ 03/06/05; ADI 2113 - MC, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 27.06.03; ADI 1070-MC, DJ 15/09/05; ADI 2.170, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 09/09/05; ADI 1.124, DJ

08/04/2005; ADI 774, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 26/02/99; ADI 816, DJ 27/09/96 e ADI 2079, DJ 18.06.2004.

3 - A norma constitucional veda a equiparação da remuneração

Os Advogados do Poder Executivo e os Procuradores do Estado estão organizados em carreiras diversas, cada qual com suas funções definidas, o que de início já encontraria na Constituição Federal e Estadual obstáculos para a pretendida equiparação salarial.

O artigo 27 da Constituição Estadual, em seu inciso XIII, é claro ao estabelecer que:

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

O mesmo prescreve a Constituição Federal, no artigo 37, XIII, *verbis*:

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

O Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de decidir que não há vinculação para efeito de remuneração entre as carreiras do serviço público:

Relevo da arguição de achar-se vedada pelo artigo 37, XIII, da Constituição, a vinculação para efeito de remuneração, das categorias de policiais civis, indistintamente consideradas, às carreiras previstas no artigo 135, somente aplicável aos Delegados de Polícia, de acordo com o disposto no artigo 241, ambos também da Carta Federal.

(ADI 1291, Rel. Min. Octávio Galloti, DJ 16.05.2003)

A fixação de um limite percentual na diferença entre os valores de remuneração recebidos pelos ocupantes dos quatro níveis que compõem a carreira de Procurador do Estado não afronta a vedação contida no artigo 37, XIII da Constituição Federal, por se tratar de uma mesma carreira, e não uma vinculação salarial entre diferentes categorias de servidores públicos. Precedentes. ADI 2.863, Rel. Min. Nelson Jobim, ADI 955-MC, Rel. Min. Celso De Mello.

(ADI 2.840, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 11.06.2004)

Vinculação de vencimentos: inconstitucionalidade (CF, artigo 37, XIII): descabimento da ressalva, em ação direta, da validade da equiparação entre Delegados de Polícia e Procuradores do Estado, se revogado pela EC 19/98 o primitivo artigo 241 Constituição Federal, que a legitimava, devendo eventuais efeitos concretos da norma de paridade questionada, no período em que validamente vigorou serem demandados em concreto pelos interessados.

(ADI 774, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 26.02.1999)

Embora os Advogados do Poder Executivo tenham a seu favor sentença mandamental que lhes concedia equiparação salarial em 1994, os efeitos daquele julgado

não se aplicam ao presente, porque além de se tratar de Mandado de Segurança que versava sobre lei específica e vigente naquele período, com a Emenda 19/1998 houve alteração na forma de tratamento da questão, proibindo-se a equiparação de remuneração na norma do artigo 37, XIII:

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

A norma do artigo 37, XI, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda 41/2003 mantém e reforça a diversidade das carreiras de Procurador e Advogado, proibindo a equiparação de remuneração. Referida norma constitucional prevê tetos salariais diferenciais para as carreiras de Procuradores e para outros servidores, tais como os Advogados.

A carreira dos Procuradores do Estado é regulada, no tocante à remuneração, pelos artigos 37, XI, 132 e 135, da Constituição Federal, normas que não se aplicam aos Advogados, *verbis*:

Art. 37...

(...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do artigo 39, parágrafo 4º.

Por todos esses motivos o artigo 5º do Projeto de Lei nº 269/06 está sendo vetado.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 269/06 encontra-se publicado no DA nº 064/06, de 31.05.06, em Mensagens)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 059/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 269/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos de veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 22.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Esta emenda foi um compromisso que assumimos aqui, de fazer a correção dos salários do quadro dos advogados do Estado.

É justo. Eles têm o direito. Quero liberar a Bancada para dar o seu voto.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Para Encaminhar)**

Quero também dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores está empenhada na derrubada desse veto, por uma questão de justiça e de saber que são tão poucos os advogados que ficaram fora de um programa do Governo Roberto Requião de fazer uma correção salarial a todas as categorias.

Agradeço o apoio dado pelo Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Voto favorável à derrubada do veto. Mas, já poderíamos colocar em prática hoje a mudança da Constituição feita pelo Deputado Nelson Justus, à votação aberta. Já foi aprovada nesta Casa e poderíamos dar o exemplo. Dou essa sugestão.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, concordo plenamente com o Deputado Valdir Rossoni que esta votação deva ser aberta. Acho que isso mostra a transparência do Parlamento.

Se o Regimento permitir, ficaremos à vontade, mas se não puder, quero deixar claro, como membro do PTB, que estaremos votando pela derrubada do veto. Ao mesmo tempo, quero reafirmar que ainda restam alguns advogados e procuradores em três instituições (a Universidade de Ponta Grossa, de Londrina e de Maringá). São quinze procuradores que estão fora dessa lei. Há um acordo, nesta Casa, de todos os líderes, para que este projeto venha para cá e já comece a vigorar a partir do ano que vem.

Voto a favor e reitero, mais uma vez, aqui, do compromisso de todos nós Deputados, de que retirei aquela emenda lá atrás e que queremos que todos tenham os mesmos direitos.

Em nome dos Procuradores de Londrina, dos Deputados de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa, esses quinze advogados necessitam também ser enquadrados.

Não posso encaminhar este projeto. Ele foi encaminhado ao Dr. Botto, está com ele, de acordo com o que ele orientou, e só depende de uma mensagem de lá para cá porque não podemos criar a lei por aqui.

Então, voto pela derrubada do veto, mas também peço que se cumpra o que se combinou lá atrás com esses quinze advogados das três cidades que estamos pedindo, neste momento.

É isso, Sr. Presidente.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Líder do Governo, companheiro Dobrandino, que quando discutimos o plano de carreiras, conversou com a categoria, os advogados compreenderam, solicitaram que depois pudessemos fazer uma lei posterior e houve unanimidade nesta Casa.

Quero crer que quem votou pelo projeto haverá de votar contra o veto, porque senão seria um contra-senso. Só quero chamar a atenção para uma questão: fui relatora da Comissão do voto aberto, proposta do Padre Paulo e do nosso querido Nelson Justus, mas gostaria que esse projeto voto aberto fosse votado ainda nessa gestão, antes

das eleições, porque foi jogado para depois das eleições e eu temo que ele possa não passar nesta Casa. O ideal seria passar o voto aberto. Portanto, foi aprovado o nosso relatório, mas ele não está aprovado ainda.

Tenho medo, pelos advogados, que votemos voto aberto e que seja anulada esta votação. Então, é uma questão de compromisso e responsabilidade que temos que ter. Quero chamar atenção para esse detalhe, porque juridicamente podemos ter problemas depois. Então, vamos votar conforme preconiza o nosso Regimento Interno, ainda o voto secreto, mas já quero dizer que há uma votação unânime reconhecendo o direito dos advogados.

Quero crer que todos nós, aqui, mantenhamos a nossa posição e que derrubemos este veto, mas fica essa ressalva apenas como preocupação, porque estamos derrubando um veto do Governo que, eventualmente, pode ser usado, se for voto aberto, contra a própria Casa. Se não está aprovado ainda, como vamos votar voto aberto se a Casa preconiza voto fechado?

Quero já, conforme disse o nosso companheiro Líder do Governo, deixando a Bancada liberada, dizer que votarei pela derrubada do veto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Só para deixar claro a posição do Partido da Frente Liberal: vota pela derrubada do veto e vamos mostrar os nossos votos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (Pela Ordem)

A Bancada do PSDB, com sete Deputados presentes, também é pela derrubada do veto, independente se aberto ou fechado.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero enaltecer a proposta do Deputado Valdir Rossoni. Realmente, a história desta Casa muda após a aprovação do término do voto secreto.

Não tenho a menor dúvida disso. Vamos ter que discutir e debater e mostrar, realmente, como votamos.

No entanto, a Deputada Elza está coberta de razão. O projeto que termina com o voto secreto foi aprovado em 1ª Discussão. Não tenho a menor dúvida, mas é preciso cinco Sessões Ordinárias e não Extraordinárias, há que haver um interstício de cinco Sessões. Não houve essas cinco, por isso ele não voltou.

Quanto à questão da aprovação do voto aberto, isso é líquido e certo. Vai ser aprovado por unanimidade. Mas, devemos tomar essa precaução de votarmos, aqui, secretamente, derrubando o veto do Governo, e o PFL assim o fará. Tenho certeza que por unanimidade vamos derrubar o veto do Governador. Mas, ele tem que ser secreto para que tomemos todos os cuidados constitucionais, jurídicos e, principalmente, com a Mesa da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, como membro do Partido Socialista Brasileiro, quero deixar o nosso voto bem claro, com relação à derrubada deste veto. Por uma questão constitucional e regimental, o voto deve e precisa ser secreto. Não tem essa de quebrar o Regimento, porque a votação será anulada e aí tudo aquilo que está sendo feito, aqui, vai ser derrubado na Justiça. É preciso que se faça regimental e os advogados e procuradores sabem melhor que qualquer um de nós da questão regimental e constitucional. No mais, é procedimento político que não funciona e só serve para atrapalhar o processo legislativo.

Muito obrigado.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (Para Encaminhar)

Gostaria que nós, Deputados do PMDB, votássemos para derrubar o veto do Governo e vamos sabotando com todos os companheiros que aqui estão. Mais uma informação apenas para os colegas Parlamentares, quando eu retornei da Secretaria do Gabinete do Governo, o nosso Vice-Líder do Governo era o Deputado Bradock, que havia se licenciado para tratamento de saúde e agora ele retorna. Quero informar aos companheiros que estamos aí retornando também à Vice-Liderança do Governo ao Deputado Bradock.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Antes, para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Barbosa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Vejo que é compreensível a atitude do Deputado Valdir Rossoni. É claro que não podemos atropelar o Regimento, já que ainda não foi votada essa matéria. Mas, apenas para esclarecer: a intenção é digna, já que tivemos por diversas vezes dentro desta Casa manobras, quando se anunciava o apoio e na verdade quando da votação secreta o resultado era outro.

Portanto, fica esse esclarecimento. Mas, nós do PDT também vamos votar pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Apenas para esclarecer aos Srs. Deputados, para a manutenção do veto é SIM, e para a derrubada do veto é NÃO. Conforme o artigo 213, parágrafo 2º, o veto do nosso Regimento, a votação será secreta.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)
(Procede à chamada nominal)**

Trinta e oito Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Deputados Marcos Isfer, Natálio Stica e Cleiton Kielse para que procedam ao escrutínio dos votos.

(**É realizado o escrutínio**)

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Trinta e sete votos NÃO e um SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está derrubado o veto e mantido o projeto. **Está aprovado o projeto.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas para fazer o registro da derubada desse veto. Como é bom ter eleição, não é?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Discussão Única (Indicação)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 023/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, que sugere ao Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa, conforme ditames do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006 e da Instrução Normativa nº 19, de 24 de julho de 2006. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06).**

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 024/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que sugere garantir ao Policial Militar do Estado do Paraná que se aposentará, a manutenção e continuidade em poder da arma de fogo de costume. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06).**

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Lei nº 025/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que sugere a emissão do porte de arma de fogo ao agente penitenciário estadual, em exercício, estabelecendo norma para uso do armamento dentre outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06).**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas uma Questão de Ordem para que eu me situe, porque eu estava empolgado com a derubada do veto. O item 09, Discussão do Projeto de Lei nº 451/06, foi votado?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foi aprovado em 1ª Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas não tinha sido levantada uma Questão de Ordem pelo Deputado Marcos Isfer?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sim, mas foi apresentado a cópia da publicação ao Deputado Marcos Isfer e foi votado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Muito obrigado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2145 e 2149, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2146, de autoria ao Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2148, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2150, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2152 a 2154, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 501/05 e 212/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 429, 432, 448 e 451/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 146, 353, 458, 461, 464 e 465/06.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 105

85ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	26
Presenças	26
Abertura da Sessão	26
Horário das Lideranças:	

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 27

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final 27

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 28

DIÁRIO Nº 105

85ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Secretária Cida Borghetti.

Presenças:

Às dez horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (33);

achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Reni Pereira, Alexandre Curi, André Vargas, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Waldir Leite (20), e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 13 de setembro, conforme requerimento aprovado, da Sra. Deputada Cida Borghetti.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de ver com V. Exa. como vamos tratar dessa questão, regimentalmente. Estou elaborando uma emenda para o item 6 e não tive tempo suficiente para elaborá-la.

Então, gostaria, como estamos numa nova Sessão, ou V. Exa. suspende a Sessão por alguns minutos ou eu faço uso do Horário da Liderança da Oposição até que a minha assessoria técnica elabore a emenda a esse projeto.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. poderá usar o Horário da Liderança.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, estou aqui fazendo o uso do Horário da Liderança da Oposição porque a reunião extraordinária que estamos tendo agora foi bastante rápida e eficiente e tenho uma emenda ao Projeto de Lei 451, de autoria do Poder Executivo.

Por esta razão, terei que fazer uso desses dez minutos, enquanto...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber qual o horário que o Deputado Rossoni está usando, porque V. Exa. não chamou o Pequeno nem o Grande Expedientes e nem o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não havia nenhum inscrito. O único inscrito foi o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, Deputado Jocelito, estou cheio de bondade, se V. Exa. quiser fazer uso do Horário da Liderança do seu Partido, estou aqui para abrir mão e gostaria de ouvi-lo.

V. Exa. colaboraria com a nossa fala, porque é difícil fazer uso da palavra enquanto estou usando o tempo para que chegue a emenda em minhas mãos.

Chegou a emenda, peço apoio dos Srs. Deputados. Enquanto se colhe as assinaturas é importante que se diga que esse projeto terá que voltar à CCJ, porque estamos entrando com uma emenda. Até para que possamos ter tempo suficiente para estudar, porque tenho alguns projetos aqui nesta Casa, que adormecem na gaveta e este veio tão veloz para cá que parece o Schumacher. Veio do Palácio, entrou aqui e está na Ordem do Dia.

Por esta razão, estou entrando com uma emenda e terei oportunidade de fazer estudo de onde estão saindo esses recursos: dois milhões. Depois de estudado, vou analisar o meu posicionamento. Quero que as pessoas compreendam que temos que começar a entender que estamos aqui nesta Casa para exercer a nossa função. E muitos podem não compreender, irritar-se, mas certamente se alguém esmiuçasse esse projeto eu não estaria criando obstáculos. Mas, como querem fazer tudo rápido, como o Governo tudo pode, tenho direito regimental de me fazer valer para ser respeitado. É essa a minha posição. Acredito que já está na Mesa a emenda e agradeço à minha assessoria pela competência, agilidade e habilidade.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Gostaria que V. Exa. lesse a sua emenda para que pudéssemos ter conhecimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Já está na mesa e como a emenda devolve para a CCJ, nos encontraremos na CCJ, debatendo-a. E estou fazendo isso, Deputado Stica - é importante justificar, estou fazendo isso porque essa suplementação mexe com várias dotações orçamentárias, retira de uma e coloca em outra. Isso é normal.

Agora, é claro que quero ver de onde está saindo para ver se eu concordo com isso.

Então, por essa razão é que estou aqui na tribuna, fazendo uso do Horário da Liderança da Oposição, para que pudesse ingressar com a emenda.

Agradeço, Sr. Presidente, pela compreensão e maneira democrática com que V. Exa. está conduzindo esta Casa e espero, agora em poder do projeto do Poder Executivo, estudarei e na CCJ terei o representante, o Deputado do PSDB que dará a minha posição, mas estaremos em Plenário discutindo de onde estão saindo esses recursos para esta suplementação.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 33 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7257, de 30 de novembro de 1979, conforme especifica.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 501/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 9º da Lei Estadual nº 7257, de 30 de novembro de 1979, que consolida a legislação tributária relativa à Taxa de Segurança, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º São isentos da Taxa de Segurança, os atos e documentos relativos:

I - às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais;

II - à situação funcional dos servidores públicos em geral, ativos e inativos;

III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres;

IV - aos clubes de terceira idade, desde que possuam declaração de utilidade pública.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Em votação. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Será feita a verificação de votação.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)
Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Será feita a chamada nominal. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Sr. Presidente, estou cumprindo aquele compromisso que assumi com o Deputado Rossoni e ele nos orientou que em toda Sessão devemos pedir a chamada nominal para ver o número de Deputados presentes nesta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Sr. Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)
Eu reitero o pedido de chamada nominal e gostaria de continuasse.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Continua a chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Vinte e um Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, faço um requerimento para que a Mesa Executiva desta Casa possa nos informar oficialmente se algum Deputado faltou dez Sessões consecutivas nas últimas Sessões e nos últimos meses.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
V. Exa. poderá formalizar o pedido.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)
Será formalizado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Vinte e um Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Portanto, **não há quórum para o prosseguimento da Sessão.**

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado da Deputada Cida Borghetti, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 311, 146, 353, 458, 461, 464 e 465/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para o dia 02 de outubro, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/05 e 212/06.

2º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 331, 429, 432, 448 e 451/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 146, 353, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464 e 465/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 95/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 6340, datado de 27 de julho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de MARIA VIEIRA DE MOURA, matrícula nº 40371, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de servente nível NBA-03, para efeito de aposentadoria, nos termos do parágrafo 9º do artigo 201, da Constituição Federal, o tempo de 02 anos, 03 meses e 21 dias, conforme Certidão do INSS, em anexo:

- de 01.04.1979 a 30.06.79, em que trabalhou na Empar Empresa Paranaense de Limpeza e Conservação;
- de 24.09.79 a 05.03.80, em que trabalhou na Empar Empresa Paranaense de Limpeza e Conservação;
- de 14.05.82 a 22.03.83, em que trabalhou na Limpar Limpeza e Conservação Ltda.; e
- de 01.06.83 a 29.02.84, em que trabalhou na Nacional Limpeza e Conservação Ltda.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.09.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 97/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6864, datado de 16 de agosto de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de cento e vinte (120) dias, a partir de 15 de agosto de 2006, CID. 10-F3i.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.09.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 98/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6862, datado de 16 de agosto de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, FÁTIMA APARECIDA PRES- TES, matrícula nº 40073, de sessenta (60) dias, a partir de 15 de agosto de 2006, CID. M-75-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.09.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 99/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7292, datado de 04 de setembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ILKA FINIMUNDO, matrícula nº 40477, de quarenta e sete (47) dias, a partir de 31 de julho de 2006, CID. 10-K52.9 e M54-4.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.06.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 106

19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	30
Presenças	30
Abertura da Sessão	30
Ordem do Dia:	

Discussão / Votação:

2ª Discussão	31
--------------------	----

Encerramento da Sessão	31
-------------------------------------	-----------

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça	31
Redação	33
Tomada de Contas.....	34

DIÁRIO Nº 106

19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às onze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Elza Correia, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica,

Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Reni Pereira, Alexandre Curi, André Vargas, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Waldir Leite (23), e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

ORDEM DO DIA:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há Expediente a ser lido, e nem Oradores inscritos no Pequeno Expediente e Grande Expedientes e nem nos Horários das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 30 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a manutenção de atividade do professor estadual por motivo de doença, conhecida por afastamento de sala de aula. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

21 Srs. Deputados, presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Alexandre Curi, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Duílio

Genari, Elton Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Nelson Justus, Plauto Miró e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação. Aprovada, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Nelson Justus. Passou-se ao Expediente: Requerimento do Deputado Nelson Justus solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nº 362, 344, 345, 346 e 347/06 - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 362/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 344/06, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 345/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 346/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 347/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 231/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Elton Welter, relator da matéria, exarou parecer pela devolução do Projeto de Lei ao autor - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 233/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. O Sr. Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 234/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Welter - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 286/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 10) Proposição Veto nº 040/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 759/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 041/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 418/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 094/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 330/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 331/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 342/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 349/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e

outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano à emenda de plenário, lido pelo Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano à emenda de plenário, lido pelo Deputado Barbosa Neto - APROVADO. Requerimento do Deputado Duílio Genari solicitando inclusão de votação ao Projeto de Lei nº 249/06 - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 249/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Requerimento do Deputado Nelson Justus, solicitando inclusão de votação ao Projeto de Lei nº 097/06 - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 097/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 753/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Ratinho Júnior e com a presença dos Srs. Deputados: Barbosa Neto, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação. Aprovada, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Barbosa Neto. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 215/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Reni Pereira solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 02) Proposição Veto nº 059/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 329/06, de autoria do Nereu Moura - Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 715/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 130/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto -

APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 147/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 237/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 319/06, de autoria do Deputado Caito Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 326/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 333/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 334/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 341/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 371/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 352/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 370/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 319/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 372/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 374/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 375/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de

dispensa de leitura pelo Deputado Barbosa Neto. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto nº 051/06 de autoria Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Proposição Veto nº 052/06 de autoria Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Proposição Veto nº 054/06 de autoria Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 244/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa, acolhendo também as emendas nº 1, 2, 3 e 4 oferecidas pelo Deputado Plauto Miró - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 386/06 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Proposição Veto nº 076/06 de autoria Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 079/06 de autoria Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 381/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 384/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 385/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 388/06 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 395/06 de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 398/06 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 418/06 de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Requerimento do Deputado Barbosa Neto solicitando inclusão de votação ao Projeto de Lei nº 393/06 - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 393/06 de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comis-

sões da Assembléia Legislativa do Estado Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Antonio Anibelli. Passou-se ao Expediente: Requerimento do Deputado Hermes Fonseca solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 450/06 - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 450/06 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto, lido pelo Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 429/06 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 432/06 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 438/06 de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Requerimento do Deputado Duílio Genari solicitando inclusão de votação ao Projeto de Lei nº 448/06 - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 448/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 294/06, 358/06, 403/06, 404/06, 418/06, 419/06, 422/06, e 294/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Srs. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior,

Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 244/06, que foi aprovada, depois de ter sido feita alteração na redação no *caput* do artigo 3º, possibilitando, com isso, a execução do disposto daquele artigo. Nada mais havendo a tratar, o Srs. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 386/06, que

foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Srs. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 6ª Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo-assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 080/2006. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, Relator da Proposição nº 080/2006, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 003/04, em seu artigo 14, referente ao mês de agosto de 2006. Após estudo da matéria, decidiu o Sr. Relator pelo Parecer FAVORÁVEL, pois as contas encontram-se corretas e atendem sua regulamentação ora em vigor. O Parecer foi aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a presente reunião e lavrei a Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, Secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

